[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto

ATA, 25.ª REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2026

(Continuação da Sessão iniciada no dia 28 de setembro de 2026)

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Reunião: Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada; José Agostinho de Sousa Pinto; Alberto Amaro Guedes Machado; Pedro Braga de Carvalho; António Luís Aroso Ribas de Menezes, em substituição de Joana Filipa da Silva e Sousa; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Carlos de Magalhães Gagliardini Graça; Carlos Alexandre da Mota Freitas, em substituição de Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro; Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; João Diogo dos Santos Souto Coelho; Paulo César Rios de Oliveira; Diamantino José Videira Matos Raposinho; António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Francisco Crisóstomo Calheiros; João Miguel de Magalhães Alves Dias; Fernando Vítor Coelho Cardoso Campelo; Ignácio Valentin Prieto Guglielmone; Carolina Macedo dos Santos; João dos Santos Massano de Carvalho, em substituição de Natacha Filipa da Silva Santos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles; Sílvia Lopes Soares; Artur Rodrigues Pereira dos Penedos, em substituição de Marco Régis Lacomblez Leitão; Duarte Nuno Ribeiro da Costa Correia; Joaquim Miguel Monteiro Ramos, em substituição de Sandra Maria Costa Mota Coelho; Rita Sofia dos Santos Freitas; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em

substituição de Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo; Teresa Maria Vilas Boas Figueiredo; António Fernando da Silva Oliveira; Gisela Maria Bastos Ferreira Leal; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Manuel Cardoso Monteiro; José Manuel Pinto Varela, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Miguel Jorge Arcos dos Santos; Susana Salbany Constante Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Pedro Olazabal Avides Moreira; Paulo Manuel Ferreira da Silva, em substituição de Ana Luísa Ferreira Fernandes.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Reunião: Junta de Freguesia do Bonfim, João Luís Dias Santos Ferreira; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Ângela Maria Fangueiro Cintra, em substituição de Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Reunião: Ana Catarina da Rocha Araújo; Rodrigo Teodoro Passos; Hugo Jorge Beirão Rodrigues; Matilde Gouveia Rocha; Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro; Helena Isabel da Silva Maia; Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes; Fernando Jorge Garcia Pereira; Marta Cristina Antunes de Sá Lemos da Cruz Lança.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Reunião: Pedro Miguel Azeredo Duarte; Gabriela Loureiro Queiroz; Jorge Miguel Meleiro Sobrado; Miguel Almeida Corte Real Gomes.

[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 43 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **retomou os trabalhos da Sessão.**

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, cumprimentou os presentes, dirigindo uma saudação especial aos representantes das petições em apreciação na Sessão.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória e Ordem de Trabalhos expedidas em 29 de setembro de 2026)

2. Apreciação do Relatório relativo à Petição de Cidadãos «Pela suspensão imediata do empreendimento "Emporium Park" e pela defesa da integridade urbana da envolvente do Parque da Cidade.» NUD/500161/2026/CMP

Nos termos da alínea e) do art.º 43º do Regimento, **Miguel Aroso**, representante da Petição, **interveio sobre o assunto da Petição.**

Começou por partilhar com o plenário uma imagem que ilustrava o empreendimento em causa, explicando estar ali na qualidade de representante da associação Porto Atlântico.

Explicou que a petição, aquando do seu envio para Assembleia Municipal, contava com mais de 600 subscritores e naquele momento ultrapassava as mil – um número que expressava a sua legitimidade democrática.

[redacted]

Disse que era uma questão que merecia ser discutida e que a cidade devia pronunciar-se sobre uma transformação que considerava ser lesiva em relação à sua identidade e qualidade urbana.

Lembrou que o PDM – Plano Diretor Municipal, em 2006, havia estabelecido uma visão de salvaguarda do Parque da Cidade e da sua envolvente, em contraste com a atual realidade.

Defendeu a proteção de um dos espaços públicos mais importantes do Porto e a preservação da sua relação com a envolvente.

Levantou as suas dúvidas quanto à legalidade da construção.

Apelou a que a Assembleia Municipal exercesse a sua responsabilidade política perante as dúvidas e a contestação pública de uma obra que continuava a decorrer.

Lembrou a posição do Presidente da Câmara Municipal em relação à empreitada, e questionou qual seria a ação do Município.

Solicitou a paragem imediata da obra, com a suspensão da sua execução e o esclarecimento das questões levantadas, bem como a reapreciação do processo e uma auditoria externa ao licenciamento.

Defendeu, por fim, uma cidade com menos construção, menos densidade, e com a salvaguarda do Parque da Cidade.

Entraram na Sala Ignácio Prieto, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, **Paulo Silva,** Membro do Grupo Municipal PS, **e Miguel Ramos**, Membro do Grupo Municipal CH.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, agradeceu aos relatores do relatório da Assembleia Municipal, e agradeceu a participação cívica através da petição.

Disse que a preocupação suscitada era partilhada, nomeadamente pela Câmara Municipal, cuja aprovação do licenciamento decorreu no Executivo municipal anterior.

Deu nota da discordância do atual executivo com a obra e das consequências de uma eventual suspensão. Informou sobre os procedimentos adotados internamente em relação ao processo em causa para que aquele tipo de situação não voltasse a ocorrer.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, saudou a Associação Porto Atlântico e os subscritores da petição.

Referiu que o Partido Socialista não colocava em causa a legalidade do processo de licenciamento, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelas suas equipas técnicas municipais. Referiu, contudo, que o empreendimento causava uma rutura com a envolvente pelo que considerava ser necessária uma reflexão mais profunda no que diz respeito ao PDM.

Referiu que a última revisão do PDM procurou aumentar a capacidade construtiva devendo, no seu entendimento, procurar conciliar a densificação com a qualidade urbana.

Sublinhou a importância da petição pelas questões que levantou em relação à identidade, qualidade e opções urbanísticas para a cidade.

Defendeu que uma próxima revisão do PDM pudesse dotar a cidade de instrumentos que permitissem compatibilizar a densificação com habitação, investimento com integração urbana, proteção e paisagem com a qualidade de vida.

Concluiu, dizendo que, no entendimento do Partido Socialista, as medidas propostas pelos peticionários eram sustentáveis e salvaguardavam os interesses daquela zona e da cidade.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, saudou os peticionários, concordando com a argumentação explicitada no documento.

Fez uma cronologia dos acontecimentos e um enquadramento do que estava em causa.

Lembrou as posições de voto dos Grupos Municipais, aquando da votação do PDM, em 2021, o qual já previa densificação urbanística.

Defendeu que a cidade não podia ser moldada por lógicas de maximização imobiliária.
Solicitou a disponibilização de informação de todo o processo à Câmara Municipal para que pudessem exercer o papel de fiscalização.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., sublinhou o espaço dado por esta presidência da Assembleia Municipal ao diálogo, por iniciativa de cidadãos.
Reconheceu a legitimidade das preocupações expressas pelos peticionários e chamou a atenção para a necessidade de reunir com as respetivas comissões temáticas, de forma a promover a partilha da informação.
Sugeriu a organização de um conjunto de sessões públicas focadas em cada um dos territórios, no âmbito do que está em implementação do PDM.
Defendeu a qualidade urbana, a proteção de espaços verdes, a participação cidadã e a salvaguarda do interesse coletivo.

António Agostinho Guedes, Membro do Grupo Municipal FA, salientou que a Câmara Municipal deve cumprir a Lei, sob pena de eventuais consequências virem a ser suportadas pelos munícipes.
Explicou o conceito de direito de propriedade, não podendo ser interpretado em função das circunstâncias.
Embora compreendesse as preocupações demonstradas, considerou que a Lei deve ser aplicada, e, caso não fosse, o tribunal pronunciar-se-ia.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, agradeceu aos peticionários a mobilização e o debate sobre o tema.
Apelou a uma cidade mais verde, aberta e em que a qualidade de vida fosse o principal fator nas decisões políticas.
Sublinhou o aumento de impermeabilização da cidade, algo que era preocupante.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, referiu que a petição continha uma parte resolutiva, reiterando a intervenção de António Agostinho Guedes.
Concluiu que não contavam com o apoio do Grupo Municipal para pagar uma ditadura de gosto imposta por alguns.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, interveio com recurso a uma apresentação (Anexo: I), informando sobre a oposição do Grupo Municipal em relação à construção em causa.
Referiu que a construção em causa destruía um legado deixado pelo Dr. Rui Rio, de planeamento e preservação.
Expressou a total concordância com o conteúdo da petição, acompanhando os cidadãos na sua indignação.
Disse ter conhecimento de graves desconformidades, pelo que considerava que a Câmara Municipal podia e devia suspender o licenciamento, sem indemnização ao promotor.
Acrescentou ainda que a atual situação levantava suspeitas em relação a outros licenciamentos aprovados, naqueles moldes, no Porto.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, disse, em relação à intervenção do Grupo Municipal LIVRE, que a solução para não perder pessoas, como aconteceu durante décadas, era construir em altura.
Saudou os peticionários, dando nota de que o processo tinha sido determinado, através de meios democráticos. Disse que não se opunha a uma pormenorização das leis, de forma a eliminar ambiguidades e dúvidas, mas não aceitava arbitrariedade em relação ao exercício do direito de propriedade.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, agradeceu aos peticionários o impulso de cidadania e o debate em causa.

Atestou a sua confiança nos funcionários municipais e sublinhou que não existia ilegalidade no processo. Destacou, ainda, a transparência e divulgação aquando da revisão do Plano Diretor Municipal, e apelou à atenção e participação destes instrumentos.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, disse que tinha sido eleito para fiscalizar e solicitou à Mesa a votação dos pontos.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, respondeu que a proposta não tinha sido apresentada nos termos regimentais.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, informou que, em próxima Sessão Ordinária, ia apresentar uma moção para que seja colocada à votação.

3. Apreciação do Relatório relativo à Petição de Cidadãos «Pela preservação da área dos jardins da Diocese no morro da Sé do Porto "Nem a Sé se salva? Mais Verde, Menos Hotéis."» NUD/582937/2026/CMP

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, cumprimentou os peticionários.

Nos termos da alínea e) do art.º 43º do Regimento, **Inês Moreira,** representante da Petição, **interveio sobre o assunto da Petição.**
Referiu tratar-se de um assunto delicado, que já envolveu cerca de três mil pessoas, e que decorria de uma situação que considerou ser um erro grave no Morro da Sé.
Apelou à limitação do paradigma expansionista de construção de hotéis no Centro Histórico.

Levantou um conjunto de questões relacionadas com a participação pública, a sustentabilidade ecológica, a preservação da integridade patrimonial, os riscos estruturais associados aos túneis existentes na escarpa e quanto à perda da classificação daquela área como Património Mundial.

Considerou preocupante o impacto visual, ambiental e turístico do projeto, bem como a impermeabilização dos solos e a redução de área verde.

Referiu ainda a intenção de mudança do projeto já aprovado, circunstância que, no seu entender, deixava incerteza quanto à sua concretização no futuro.

Concluiu, dizendo que os peticionários não se opunham à obra do seminário, mas levantam questões em relação à ampliação da área de construção e ao destino da construção.

Paulo Rios de Oliveira, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, disse que nada aconteceria sem a validação dos serviços técnicos.

Referiu, em relação aos jardins, que uma parte seria cedida à cidade para espaço público e para a criação de travessias pedonais, considerando, por isso, que havia uma contrapartida para o interesse público.

Valorizou, por fim, a preocupação manifestada pelos peticionários, bem como a importância atribuída à salvaguarda e qualificação do espaço público.

Carolina Macedo dos Santos, Membro do Grupo Municipal PS, saudou os peticionários e a sua preocupação que considerou ser legítima.

Referiu que o Grupo Municipal PS tem defendido uma visão de preservação do património, da habitação e dos espaços verdes.

Disse ainda que a Assembleia Municipal não dispunha de informações técnicas sobre o processo, pelo que deixou um conjunto de pedidos de esclarecimento ao Executivo relativos ao licenciamento, implantação e área verde cedida.

Fez um enquadramento histórico do processo, recordando o especial interesse público reconhecido pela Assembleia Municipal, que anteriormente concedeu uma isenção

relativamente ao regime de zonamento inclusivo. Neste contexto, levantou dúvidas quanto à legitimidade da alteração do uso da edificação.
Por último, questionou o Município sobre a prevenção para perigos similares no futuro.

Saiu da Sala Miguel Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, referiu que se impunha o cumprimento da Lei, como sucedeu com o indeferimento do pedido de licenciamento de um hotel naquele local.
Notou as compensações previstas para a cidade, a nível de espaço público e jardins.
Concluiu, dando nota da sua discordância em relação à visão de que o Centro Histórico estaria descaracterizado.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, começou por apresentar uma declaração de interesses, tendo em conta ser subscritor da petição – posição assumida enquanto cidadão.
Confirmou que a Diocese havia comunicado publicamente a obra do Seminário com existência de unidade hoteleira.
Apresentou a Moção, apresentada pelo seu Grupo Municipal, relativa à salvaguarda da paisagem do Centro Histórico, propondo uma definição do conceito de hospedaria monástica e a sua distinção com as outras topologias de alojamento.
Defendeu o reconhecimento e salvaguarda de jardins, logradouros, entre outros espaços relevantes, e a estrutura verde do Centro Histórico.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, saudou os promotores da petição, e sublinhou a importância do debate.
Fez um contexto histórico do Morro da Sé, dando nota de compreender as preocupações partilhadas na petição. Explicou, contudo, que não colocavam objeções

em relação às construções contemporâneas naquela zona, desde que fossem adequadas.

Recomendou a criação de um plano de pormenor específico para aquela zona, tendo em conta que é classificada.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., reiterou a importância da iniciativa cidadã.

Questionou se os processos de transformação urbana respeitavam critérios de proporcionalidade, integração paisagística, interesse público, transparência e participação cidadã.

Sublinhou a importância de que as questões levantadas fossem esclarecidas, dado o risco associado à descaraterização do Centro Histórico.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, reiterou o mencionado por Paulo Rios de Oliveira.

Concordou com as preocupações da petição, referindo, contudo, que identificava pontos positivos no projeto, como era o caso das cedências ao domínio público, designadamente para a criação de áreas de jardim e de um arruamento.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, disse que se deve procurar preservar o património, mas que aquele projeto também criava valor, pelo que era necessário um uso do espaço de forma inteligente.

Saiu da Sala Pedro Avides Moreira, Membro do Grupo Municipal CH.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., referiu que o que estava em causa era a confiança dos cidadãos e se iriam continuar a ser tomadas decisões políticas avulsas, sem entender o seu efeito no Centro Histórico.

[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto

Saiu da Sala Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal L**, no âmbito do assunto da Petição.

- **Moção "Por Uma Política de Salvaguarda da Paisagem Histórica Urbana do Centro Histórico do Porto", apresentada pelo Grupo Municipal LIVRE.**
NUD/677996/2026/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 20 votos contra (12 PPD/PSD + 3 CDS-PP + 3 IL + 2 FA), 3 votos a favor (2 L + 1 B.E.) e 20 abstenções (15 PS + 2 CH + 2 CDU+ 1 IND).

Nada mais havendo a tratar e tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, **a Presidente da Assembleia Municipal**, Marta Massada, **encerrou os trabalhos da Sessão**, eram 23h06.

A Presidente da Assembleia Municipal

[redacted]

Marta Massada

O Primeiro Secretário

[redacted]

Gonçalo Mayan Gonçalves

[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto

Anexo I: Apresentação de Carlos Graça relativa ao Ponto n.º 2 - Apreciação do Relatório relativo à Petição de Cidadãos «Pela suspensão imediata do empreendimento "Emporium Park" e pela defesa da integridade urbana da envolvente do Parque da Cidade.»

Edifício " do Tipo Moradia"

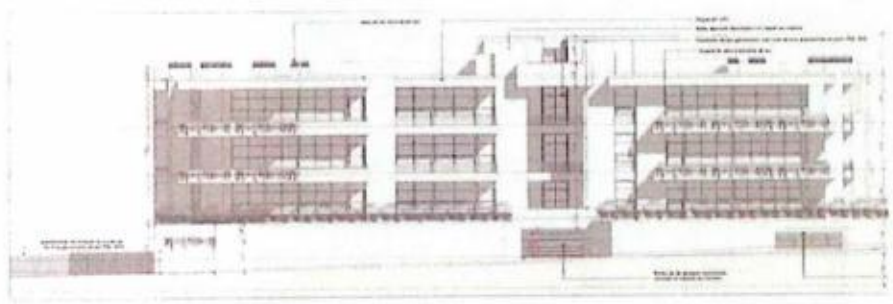
Porto.



CHEGA

Edifício " do Tipo Moradia"

Porto.



CHEGA

[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto



Porto.

Edifício " do Tipo Moradia"

CHEGA



Porto.

CHEGA

Assembleia Municipal
do Porto

[redacted]



Porto.

Edifício " do Tipo Moradia"

CHEGA

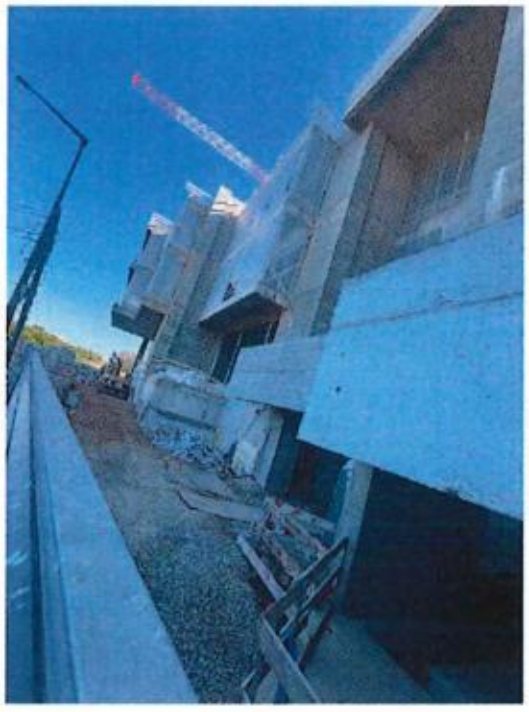


Porto.

CHEGA

[redacted]

Assembleia Municipal
do Porto



Porto.

Edifício " do Tipo Moradia"

CHEGA



Porto.

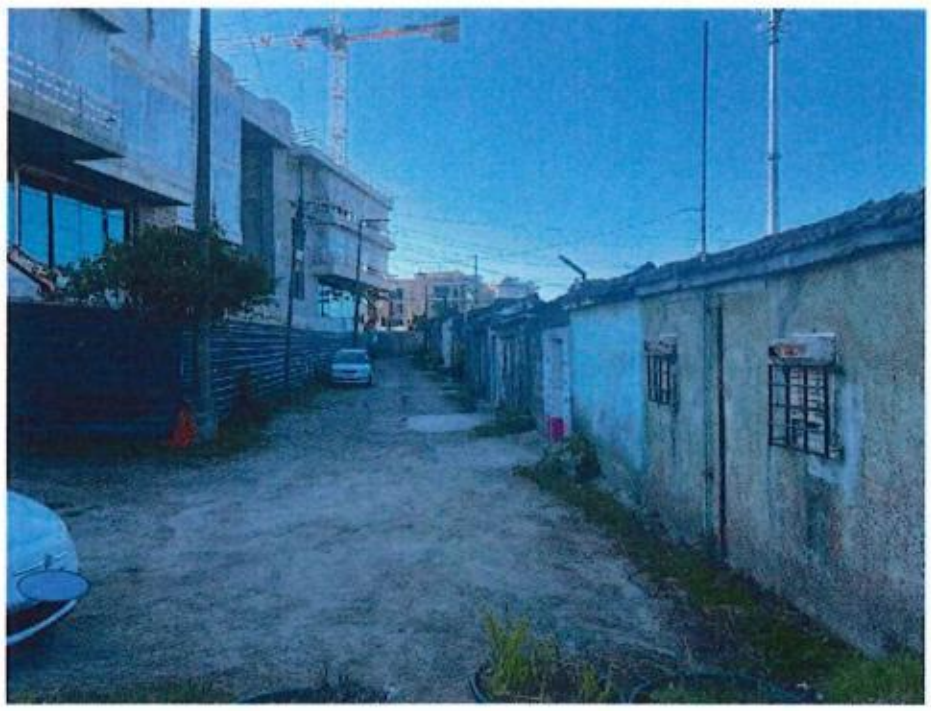
CHEGA

[redacted]



Porto.

CHEGA



Porto.

CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 25.ª reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 06 de outubro de 2026 (continuação da Sessão Ordinária iniciada em 28 de setembro de 2026).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 06 de outubro de 2026. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 25.ª reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 26 de outubro de 2026.

A Presidente

[redacted]

Marta Massada

O 1.º Secretário

[redacted]

Gonçalo Gonçalves

A 2.ª Secretária

[redacted]

Teresa Vilas Boas